

Infanti e Ubuntuwana: necroinfância e a significação da infância nos diálogos midiáticos sobre o assassinato de Thiago Menezes

Talita Vasconcelos Brandão e Pâmela
Guimarães-Silva

Talita Vasconcelos Brandão

Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte,
MG, Brasil

E-mail: talitabrandaoufmg@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4037-2458>

Pâmela Guimarães-Silva

Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte,
MG, Brasil

E-mail: pamelaguimaraescontato@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9099-4480>

Dossiê

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão sobre o significado e a mobilização da infância na formação da humanidade e da memória de crianças negras, enfatizando a disputa de narrativas entre hipervisibilidade, invisibilidade e estratégias de resistência nos diálogos midiáticos sobre o assassinato de Thiago Menezes. O estudo envolveu: (1) a análise da postagem e dos comentários na primeira publicação do portal G1 no Instagram sobre o caso e (2) os depoimentos dos familiares de Thiago no programa “Encontro”, da Rede Globo. Os comentários revelaram a necroinfância inscrita no discurso, em que a criança negra é coisificada, reduzida à condição de menor e submetida a uma lógica infantil que a situa entre tutela e perigo. Em contraponto, os depoimentos familiares afirmam a vida e a infância de Thiago como vivência coletiva, perspectiva ressoada em comentários de reivindicação coletiva e entendida no artigo como paradigma ubuntuwana.

Palavras-chave: Infância; necroinfância; dispositivo de racialidade; diálogos midiáticos.

Artigo recebido em 30 de março de 2025 e aprovado
para publicação em 09 de setembro de 2025.

DOI: <https://doi.org/10.33871/nupem.2026.18.43.10624>

**Infanti and Ubuntwana:
necrochildhood and the signification of
childhood in mediatized dialogues
surrounding the murder of Thiago
Menezes**

Abstract: This article examines the meaning and mobilization of childhood in shaping humanity and the memory of Black children, emphasizing the dispute of narratives between hypervisibility, invisibility, and strategies of resistance in mediatized dialogues about the murder of Thiago Menezes. The study draws on two sources: (1) the post and comments from the first publication of the G1 news portal on Instagram about the case, and (2) the testimonies of Thiago's relatives on the television program "Encontro" (Rede Globo). The analysis of comments revealed necrochildhood as a discursive construct, in which the Black child is objectified, reduced to the condition of a minor, and subjected to an infantilizing logic that positions them simultaneously under tutelage and as a threat. In contrast, the relatives' testimonies affirm Thiago's life and childhood as collective experiences, a perspective echoed in comments expressing collective demands and interpreted in this article through the paradigm of ubuntu.

Keywords: Childhood; necrochildhood; device of raciality; mediatized dialogues.

**Infanti y Ubuntwana: necroinfancia y
la significación de la infancia en los
diálogos mediatizados sobre el
asesinato de Thiago Menezes**

Resumen: Este artículo analiza el significado y la movilización de la infancia en la configuración de la humanidad y de la memoria de niños y niñas negras. Se enfatiza la disputa de narrativas entre hipervisibilidad, invisibilidad y estrategias de resistencia en los diálogos mediatizados sobre el asesinato de Thiago Menezes. El estudio se basa en dos fuentes: (1) la publicación y los comentarios de la primera nota del portal G1 en Instagram sobre el caso, y (2) los testimonios de los familiares de Thiago en el programa "Encontro" (Rede Globo). El análisis de los comentarios reveló la necroinfancia como constructo discursivo, en el cual la niñez negra es cosificada, reducida a la condición de menor y sometida a una lógica infantilizante que la sitúa entre tutela y peligro. En contraste, los testimonios familiares afirman la vida y la infancia de Thiago como experiencias colectivas, perspectiva que también resuena en comentarios de reivindicación colectiva e interpretada en este artículo a través del paradigma de ubuntu.

Palabras clave: Infancia; necroinfancia; dispositivo de racialidad; diálogos mediatizados.

Introdução

Na noite de 06 de agosto de 2023, Thiago Menezes foi morto pela Polícia Militar durante uma operação na Cidade de Deus, bairro da zona oeste do município do Rio de Janeiro (RJ). Menezes era uma criança de 13 anos¹, estudante do sétimo ano da Escola Municipal Dorcelina Gomes da Costa e jogava como meia-direita no projeto Canelinhas (O Globo, 2023). Após o assassinato, a polícia militar, inicialmente, incriminou Thiago alegando confronto. Contudo, as investigações desmentiram a versão policial e revelaram que os PMs plantaram uma pistola e munição no local. Também foi descoberto que a operação era ilegal.

Em nossa dissertação de mestrado (Brandão, 2025), observamos a repercussão desse caso e adotamos como corpus duas publicações midiáticas sobre o assunto. A primeira, um vídeo (reels) publicado no perfil do portal G1 no Instagram, que noticiou o crime, destacando a violência no Rio de Janeiro e que teve como estratégia discursiva contrapor a versão policial à dos moradores. O vídeo é o depoimento de Nathaly Flausino, tia de Thiago, sobre a vida da criança. Nesse material, observamos tanto o conteúdo da postagem quanto os comentários. A segunda parte do corpus foi a entrevista de Priscila Menezes, mãe do menino, ao programa “Encontro”, exibida oito dias após o crime, em uma reportagem sobre crianças vítimas da violência de Estado. O vídeo da entrevista está disponível no portal Gshow (15 ago. 2023), onde foi publicado após a transmissão televisiva.

Observamos tanto na fala de Nathaly quanto na de Priscila um esforço discursivo para contestar a versão da polícia, por essa ser estigmatizada. Para tanto, elas recorrem à narração da infância, da educação e da religiosidade de Thiago para, assim, tentar reafirmar sua integridade e humanidade. Os comentários, por sua vez, tensionam os discursos de Nathaly e Priscila. A pesquisa investigou, então, esse tensionamento entre os discursos das familiares de Thiago e os comentários deixados pelo público na postagem.

A coleta dos comentários foi realizada no dia 13 de setembro de 2023, totalizando 3.742 interações. Para a análise, foram selecionados 374 comentários que continham termos-chave relacionados à infância (palavras-chave: menino, infância, menor, moleque, criança, adolescente, jovem), à educação e ao esporte (palavras-chave: escola, estudioso, estudante, jogador) e à religiosidade (palavras-chave: igreja, santo, anjo, evangélico) e coletividade (família, e nós/nosso/nossa). Foram excluídas: respostas a outros comentários, interações compostas apenas por emojis e menções isoladas aos termos categorizados sem formulação discursiva relacionada a Thiago ou aos depoimentos das familiares.

Nesse sentido, procuramos investigar, a partir dos comentários, se esses aspectos eram mobilizados para reproduzir imaginários racistas que criminalizam corpos negros, sustentar discursos de negação do racismo ou reconhecer o luto e a perda da criança, alinhando-se aos esforços das familiares. Tal esforço investigativo deu-se para apreensão das dinâmicas de desumanização e

¹ Assim como Noguera (2020), utilizamos os estudos da infância e da juventude articulados com o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013) para ajudar a entender que a categoria política juventude compreende a faixa etária de 15 a 29 anos, assumindo que as pessoas de 0 a 14 anos são crianças.

humanização que operam sobre as vidas negras, ou seja, o objetivo era entender se uma criança negra, vitimada pela violência, é lida socialmente como um ser (sujeito reconhecido como ser humano por estar dentro dos padrões sociais) ou um não-ser (não humano, por estar fora dos padrões reconhecíveis de humanidade) (Carneiro, 2023).

Na análise, os discursos que trataram sobre a formação integral de Thiago, 67% o criminalizam, 27% naturalizam sua morte, e 6% expressaram comoção. Sobre sua religiosidade, 83,7% dos comentários criminalizam Thiago, 8,1% naturalizam sua morte, e 8,1% demonstram comoção. Ao abordarem sua infância, 30% dos comentários criminalizam Thiago, 25% negam o racismo, e 45% foram em comoção e reivindicação contra a morte da criança. Na análise da coletividade, 75% dos comentários foram em comoção, 15% naturalizam a violência e 10% criminalizam Thiago².

Nesse sentido, a pesquisa evidenciou que, enquanto a educação e a religiosidade de Thiago foram negadas como características que sinalizam inocência e integridade, a infância surgiu como um espaço fértil de disputa de sentidos. Esse tensionamento em relação à infância desvela a realidade complexa e paradoxal brasileira que, por um lado, vivencia a necroinfância (Noguera; Barreto, 2018) – marcada pela violação da infância negra – e, por outro, se mobiliza em prol da proteção e do cuidado coletivos durante a infância, visto também na porcentagem significativa de comoção na coletividade.

Nesse sentido, este artigo reflete sobre essa tensão em torno da infância, que reverbera, inclusive, sobre certa disputa de sentido sobre a palavra infância. Para tanto, olhamos para a disputa de narrativas presente na mobilização da infância nos discursos. Assim, primeiramente, refletimos sobre a infância como infanti, considerando a normalização da infância no contexto do biopoder. Em seguida, voltamos nosso olhar para a infância como ubuntuwana, conceito presente nas tradições xhosa e zulu, que propõe uma infância fundamentada no experienciar em coletividade.

Segundo as reflexões de Zamantuli Scaraffiotti (2011), o termo ubuntuwana resulta da junção entre ubuntu e twana e quer dizer infância. Essa combinação, porém, difere do sentido latino de “in + fanti”, que sugere a ideia de “ausência de fala” (uma vez que “in” é um prefixo de negação e “fanti” nos remete ao verbo falar e à variante falante). Em xhosa, twan – sufixo de ubuntuwana – remete a um envolvimento afetivo ou apaixonado, indicando que a infância está vinculada a um afeto profundo pela humanidade, que pode se expressar de forma plural e diversa. Há ainda outra interpretação para ubuntuwana: ela pode ser vista como a fusão entre ubu (ser) e ntwana (infância), reforçando a noção de que a criança experiencia sua humanidade em conexão com o coletivo (Noguera; Barreto, 2018).

Desse modo, se a concepção ocidental de infância (in-fanti) tende a enfatizar a “ausência de fala”, a perspectiva de ubuntuwana evidencia a vivência coletiva e o afeto pela humanidade. Em outras palavras, ao reconhecer a criança como parte de um “nós” – interdependente e ativo na construção de seu próprio ser –, ressignifica-se o lugar da infância, sobretudo no contexto de crianças negras

² As categorias podem se sobrepor, por exemplo, um comentário que menciona “nossas crianças” articula simultaneamente as categorias de infância e coletividade. Da mesma forma, quando Thiago é descrito como “menino, estudioso e jogador de futebol”, há uma sobreposição entre infância, formação e religiosidade. O que significa que os percentuais apresentados não se restringem a conjuntos exclusivos de enunciados.

marcadas pela violência e pela negação de direitos. Como propõe Nogueira (2018), a infância torna-se uma “condição de possibilidade de experimentação” da humanidade, ancorada no princípio de ubuntu. Essa compreensão amplia os horizontes da discussão ao questionar a necroinfância e, simultaneamente, convidar à mobilização de uma infância plena, baseada na reciprocidade e na afirmação da vida em comunidade.

Dispositivo interacional de raça e o espetáculo da morte negra

Para Izildinha Baptista Nogueira (1998, p. 122), “o corpo funciona como marca dos valores sociais, nele a sociedade fixa seus sentidos e valores. [Portanto] socialmente, o corpo é um signo”. Ao abordarmos o assassinato de uma criança negra e evidenciarmos como o processo de desumanização dela antes, durante e depois da sua morte tem a ver com seu pertencimento racial, evidenciamos o que é apontado por Nogueira e sintetizamos as reflexões de Sueli Carneiro (2023), para quem o corpo negro está inscrito sob o signo da morte. Esse processo de significação do corpo negro e a disputa de sentidos em torno desse corpo ancoram tal discussão no campo da comunicação.

A reflexão sobre os processos de desumanização fundamenta-se no conceito de dispositivo de racialidade de Sueli Carneiro (2023). Esse dispositivo, aportado na noção de biopoder de Foucault, explica como, desde a colonização, elementos heterogêneos atuam de maneira articulada para perpetuar a dominação racial.

Em sua tese, a pesquisadora propõe que, ao longo da formação do país, diversos momentos históricos (como a chegada dos europeus, o tráfico negreiro para a exploração da mão de obra, a emergência da burguesia branca, a abolição da escravidão sem políticas de reparação e outros) criaram algo como um estatuto da humanidade (Mills, 2023; Carneiro, 2005), cuja brancura se tornou o padrão do que é considerado humano (entendimento que se estabelece a partir das expedições colonizadoras), economicamente viável (ideia que ganha folego a partir da instituição da classe burguesa) e civilizado (senso comum a partir da abolição).

Por conseguinte, os indivíduos passaram a ser hierarquizados conforme a “proximidade ou distanciamento desse padrão” (Carneiro, 2005, p. 43): quanto mais próximos do branco, mais humanos; quanto mais distantes, menos humanos. Uma crença que passa a se materializar em diversas áreas – como o acesso à educação, a distribuição de renda, o acesso às vagas de emprego com boas remunerações, o acesso efetivo ao sistema de saúde, entre outras –, daí advém a ideia de dispositivo de racialidade. Para Foucault (2000, p. 244), o dispositivo é “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”, que forma uma rede de ditos e não ditos que, por ser tomada como verdade, atua estrategicamente, orientando os sujeitos.

A proposta de Carneiro (2005) é a de que o racismo no Brasil funciona por meio de um conjunto dinâmico de práticas, discursos, instituições, medidas administrativas e técnicas que se inter-relacionam e produzem efeitos de poder na sociedade. Essa heterogeneidade é justamente o que permite ao

dispositivo agir de maneiras variadas e adaptativas, funcionando como mecanismo de regulação e controle que atravessa diversos campos do saber e da prática social.

Essa gestão da vida é denominada por Foucault (2005) como biopoder e biopolítica. Em outras palavras, práticas de disciplina e regulação da vida, que operam sobre corpos individuais e sobre o corpo social como um todo, priorizando a existência daqueles que se enquadram dentro da norma. Paralelamente, promovendo a morte daqueles considerados dissidentes: “Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça”. (Foucault, 2005, p. 288).

A partir dessa perspectiva, Sueli Carneiro (2005; 2023) problematiza como o sujeito ser (aquele considerado humano por estar dentro dos padrões sociais) se dá pela evidenciação do sujeito não-ser (aquele sujeito que por estar fora dos padrões sociais não é considerado plenamente humano). Para a filósofa, a supremacia branca se constrói pela desumanização de pessoas não brancas, um processo que tem início na construção da significação da negritude: “O dispositivo de racialidade beneficia-se das representações construídas sobre o negro durante o período colonial nos discursos e práticas que justificaram a constituição de senhores e escravos” (Carneiro, 2005, p. 50).

Na mesma toada, Achille Mbembe (2020) destaca que essas técnicas de exercício de poder sobre o Outro (não-ser), não visam apenas disciplinar corpos, como apontado por Foucault, mas inseri-los na lógica mais ampla do massacre. Isto é, para o filósofo camaronês, o Outro está tão fora da norma que é visto como um inimigo que precisa ser aniquilado. Nesse sentido, para Mbembe, o conceito de biopoder é insuficiente para explicar o poder nas sociedades contemporâneas, o autor propõe, assim, o conceito de necropolítica – ou seja, uma política de morte que trata do uso do poder político e social, principalmente por parte do Estado, de forma a determinar quem pode permanecer vivo ou deve morrer, por meio de ações diretas ou omissões (Mbembe, 2016).

Sob a ótica tanto do dispositivo de racialidade de Carneiro (2005) quanto da necropolítica de Mbembe (2020), fica evidente que a divisão racial existente na sociedade fundamenta os processos de subalternização. Assim, recorremos a Charles Mills (2023, p. 48), para quem “vivemos em um mundo que, nos últimos quinhentos anos, tem sido fundamentalmente moldado pelas realidades da dominação europeia e pela consolidação gradual da supremacia branca global”.

Compreendendo o processo que vem desde a colonização e inscreve o negro no signo da morte, a partir de Pâmela Guimarães da Silva (2021), entendemos que o dispositivo de racialidade apresenta-se também como uma matriz comunicacional ao constituir-se em um contexto sociocultural.

Entendemos que existe não apenas um dispositivo de racialidade, mas um dispositivo interacional de raça. Posto que se trata não apenas de um elemento compartilhado que permanece com o mesmo sentido ao longo tempo, mas de algo que funda constantemente, estrategicamente e periodicamente diversos sistemas de relações. Esses têm um caráter tentativo e não necessariamente reproduzem os significados dos signos e símbolos compartilhados pelo dispositivo que os originou, eles podem ser tensionadores de tais sentidos. (Silva, 2021, p. 69).

Ou seja, os imaginários e enquadramentos racistas operam a partir dessa matriz que é o dispositivo interacional de racialidade (Carneiro, 2023; Silva, 2021), moldando tanto representações midiáticas quanto instituições e outras interações.

A partir do cenário supracitado, ao olharmos para a estrutura necropolítica vigente, a reprodução da morte negra nas tecnologias de informação e comunicação contemporâneas, inferimos, ainda, que essas operam como “espetáculo da morte negra”.

Segundo Wilderson III (2021, p. 255, grifo nosso):

É por isso que posts de vídeos on-line da polícia assassinando pessoas negras contribuem mais para o bem-estar das pessoas não negras – com seus prazeres não comunitários e com o sentimento de presença ontológica – do que contribuem para que essa violência diminua, para que alguém seja preso, ou mesmo para aumentar a sensibilidade geral em relação à dor e ao sofrimento dos negros. O afropessimismo nos ajuda a entender por que a violência que satura as vidas negras não é ameaçada de extinção apenas por serem expostas. *Para que esse fosse o caso, o espectador, o interlocutor, a audiência teria que chegar a imagens como com essas com um inconsciente capaz de perceber que elas mostram alguém ferido.*

Nesse contexto, a primeira veiculação de conteúdo sobre o crime no perfil do portal G1, no Instagram, materializa esse espetáculo e sustenta o dispositivo de racialidade. Uma vez que enfoca a disputa de narrativas entre a polícia e os moradores da Cidade de Deus e não coloca o depoimento de Nathaly Flausino como lugar de sensibilização.

Imagem 1: Print da postagem do G1 em que aparece Nathaly e a legenda do G1



Fonte: G1 (07 ago. 2023).

Em contrapartida, o discurso de Nathaly tensiona os imaginários compartilhados pelo dispositivo de racialidade:

Deram muitos tiros, muitos tiros em uma criança de 13 anos. Meu sobrinho tem corpo de criança, pequenininho, magrinho. Meu sobrinho tá estirado no chão com mais de cinco

tiros, Thiago era um garoto estudioso, Thiago era jogador de futebol, tinha sonhos. Ele era camisa 10 do time. Ele passou por uma peneira agora de futebol. É um menino que ia para igreja, é um menino família, que tá sempre com a gente e infelizmente foi brutalmente assassinado com vários tiros (G1, 07 ago. 2023).

Vemos este tensionamento de maneira ainda mais clara na entrevista de Priscila Menezes, mãe de Thiago, ao programa “Encontro” da Rede Globo.

Patrícia Poeta: Quais eram, Priscila, os planos do seu filho? O que vocês falaram nesse dia?

Priscila Menezes: Ele era uma criança muito carinhosa e educada. Ele era a alegria da minha casa, das minhas filhas, porque eu tenho mais de três filhas. Então, ele era vaidoso, estudante, frequentava todos os dias a escola e não faltava. O sonho dele era ser jogador de futebol. Ele treinava. Ele já estava entendendo que o futebol ia trazer coisas boas pra ele. Ele falava que ia me dar uma casa. Uma vez eu estava na cozinha e ele chegou, falou pra mim: “Mãe, você gosta de trabalhar?” “Ah, eu gosto, né, Thiago?” “Então, mãe, eu vou te dar uma empresa.” Ele já tinha esse sonho de me dar uma vida melhor para mim e para as minhas filhas. Ele passava em todas as peneiras. O pai, o tio, sempre acompanhou ele no futebol, nos treinos. E era o que ele gostava. O que ele mais amava de fazer era jogar. Ele era muito responsável.

Patrícia Poeta: Porque essas imagens que a gente mostrou aqui no início do programa, de várias crianças sendo mortas em ações da polícia, elas não podem ficar na estatística. Cada criança tinha uma família, como eu falei, que está despedaçada. E eu estava olhando as versões da polícia, você deve ter acompanhado também, tem versões diferentes, né? Primeiro chamam de criminoso, que depois essa postagem teve que ser retirada, inclusive. Dependendo do lugar onde foi prestado depoimento, mas enfim. Teve outra versão da polícia que dizia que ele e o companheiro na moto estavam em alta velocidade, sem capacete, foi exigido que parassem, não teriam obedecido, aí houve uma perseguição, eles caíram, e aí houve troca de tiros. Numa outra, um dos ocupantes teria atirado, aí caíram. São tantas versões e tantas histórias diferentes. Mas o fato é que, nessas três histórias que vi, o seu filho é tido como uma pessoa que cometeu um crime, como se fosse um criminoso. Isso deve bater muito forte em você. Além de ter perdido o seu filho, quer dizer, a gente tinha um garoto, pelo que você está contando, que ia à igreja, que não perdia aula, que tinha sonhos, que queria ser um jogador, que queria ajudar a sustentar a família, enfim, que tinha um garoto cheio de sonhos. Como isso tem batido em você?

Priscila Menezes: Mas essa é a versão da defesa deles, para entrar nas favelas matando. É assim que eles se defendem, dizendo que os favelados são criminosos, quem mora na favela é criminoso, quem está andando de moto sem capacete é criminoso. Por que eles não pararam para perguntar quem era? Para ver que era uma criança na garupa. Me chamava, chamava o pai, chamava a nossa atenção, mas não fizeram nada disso. Eles simplesmente executaram o meu filho. E eles tinham saído para dar uma volta de moto. Nas comunidades, assim, jovens andando de moto, é uma coisa normal. Não é normal o policial chegar na favela atirando, executando crianças. Até quando isso vai continuar? Porque o Thiago não foi o primeiro. Nenhum último teve outros depois, porque eles só querem atirar para matar (Menezes, 15 ago. 2023).

A entrevista trouxe Priscila como uma representante das mães vítimas de violência policial. Nesse contexto, a mãe se posiciona como protagonista de sua história e da memória de seu filho, aborda a necropolítica que coloca o corpo negro periférico como suspeito e destaca a movimentação coletiva da comunidade na luta contra o genocídio da juventude negra.

A perspectiva do dispositivo interacional de racialidade (Silva, 2021), filia-se a Braga (2020), para quem as dinâmicas das redes que compõem o dispositivo são duas: 1) Compartilhamento de códigos: trata-se do conjunto de saberes e práticas que os interlocutores dominam e utilizam para se comunicar,

manter e perpetuar o funcionamento do dispositivo; 2) Construção de inferências: refere-se às lacunas que possibilitam a criatividade e as adaptações nas interações no âmbito do dispositivo, que usam como base os códigos compartilhados, mas que abrem espaço para mudanças e inovações dentro do dispositivo.

Ou seja, enquanto o compartilhamento de códigos garante a continuidade do dispositivo, as inferências oferecem possibilidades para tensionamentos, reconfigurações e transformações. Dessa forma, ao narrar a existência de Thiago através de sua infância, assim como a formação e a religiosidade, Priscila e Nathaly mobilizaram quadros de sentido a fim de tensionar a norma do dispositivo de racialidade (que associa a negritude ao crime) e construir inferências que desafiam essas crenças difundidas pelo dispositivo de racialidade.

Tal movimento é importante, pois como afirma Vera França (2001, p. 3), “nas sociedades estratificadas em que vivemos, marcadas pela diferença, mas também pela dominação e intolerância, o ‘outro’ não fala. Ele é ‘falado’ pelos discursos identitários que, ao estabelecer o padrão (quem somos nós), vem exatamente posicioná-lo enquanto ‘outro’ (o ‘outro’ do ‘nós’)”.

Portanto, elas colocam em hiato a ideia ocidental de que a infância é um período em que o sujeito não possui voz (infanti) e usam a própria voz para vocalizar a vida de Thiago (ubuntu). Cabe ressaltar que a voz é entendida aqui não como emissão de sons, mas como aquilo que concede existência subjetiva, simbólica e representacional aos sujeitos.

“Meu sobrinho tem corpo de criança”

Na madrugada em que Thiago foi assassinado, antes de qualquer depoimento por parte da família ou dos policiais, o primeiro indício de disputa narrativa em torno de sua vida veio da gravação feita por moradores da comunidade. Na filmagem, um residente descreve a cena do crime: “Olha lá tudo forjado, mataram criança ali [...]. Olha o que a polícia tá fazendo com o corpo da criança lá. Estão atirando em cima de nós. Estão catando a cápsula deles, ali. Estão tirando o flagrante deles”. (Gshow, 15 ago. 2023).

Nela tanto os códigos do dispositivo são expostos (pelas ações dos policiais que, cientes da cultura de suspeição existente sobre pessoas negras de comunidade periféricas, alteram a cena da ocorrência), quanto as inferências (aventadas pelo narrador do vídeo, ao afirmar que não se tratava de um sujeito suspeito qualquer, mas de uma criança, ou seja, um sujeito cuja vida deve ser protegida indiscutivelmente).

Naquela mesma madrugada, Nathaly Flausino grava o vídeo transcrito na primeira seção deste trabalho e descreve Thiago da seguinte forma:

meu sobrinho tem corpo de criança, ele é pequeninho, magrinho, tá com o corpo estirado no chão. Thiago era um garoto estudioso, o Thiago era jogador de futebol, tinha sonhos, ele era a camisa 10 do time, ele passou por uma peneira agora de futebol, é um menino que ia pra igreja, é um menino de família, ele tava sempre com a gente (G1, 07 ago. 2023, grifo nosso).

Nos discursos, chama atenção a tentativa de (re)humanização do corpo por meio da reivindicação da sua infância. Ser descrito como “pequenininho” e “magrinho”, com o “corpo de uma criança”, insere Thiago em uma condição compartilhada de vulnerabilidade, a partir da qual a sociedade deveria vê-lo como uma responsabilidade coletiva e, assim, promover a proteção integral e a prioridade absoluta. Contudo, o que vemos são diferentes imaginários sobre infância em disputa, como é possível conferir nos comentários do G1.

Quadro 1: Comentários sobre o assassinato de Thiago Menezes na publicação do Instagram do G1

Um tiro feito por uma criança de 13 anos mata do mesmo jeito de um adulto, se estava no crime que Deus o receba.
Fake News, o “corpo de criança” já matou 16 pessoas, imagine 16 velórios, pais e mães e vários familiares chorando, imaginou? Pois é, o choro é livre, mas custou caro.
Mais o que uma criança de 13 anos estava fazendo na rua de madrugada pilotando uma moto? Estranho
Criança de 13 anos??? Fala isso pra um monte de gente que já foi morta.. assaltada por “essas crianças de 11,12,13 anos vítimas da sociedade. Direitos humanos só defendem bandidos! Todo mundo reclama da Polícia, mas na hora que o bicho pega é para o 190 que todo mundo liga, não é pra Globo lixo, nem para o Direitos Humanos. A Polícia é a ÚNICA LINHA FRENTE contra o crime! Tira a Polícia de circulação pra vc ver o que acontece.
Gente... era uma criança. Uma criança fuzilada covardemente. Mds! 🙄🙄🙄🙄🙄
Parabéns pra polícia, o que um menino de 13 anos fazia na madrugada? Quem pilotava a moto?
13 anos, se é pobre é adolescente/rapaz, se é rico é criança/estudante.
Despreparo é aterrorizante... a criança não tem perfil nenhum para ter levado tantos tiros como se uma ameaça fosse. Meus sentimentos à família... que tristeza.
Infelizmente as comunidades estão cheias dessas crianças envolvidas no tráfico. Tô falando com propriedade, pq fiquei com arma na cabeça nesse mesmo biótipo descrito, se o moleque tinha 13 anos era muito. E ele só queria saber o que eu estava fazendo na comunidade, quando entrei com meu taxi às 14 hrs. O RJ está dessa forma há anos, largado pelo poder público e nessa guerra diária na cidade, onde morrem bandidos e morrem inocentes. Na hora da adrenalina do confronto, é difícil separar quem é quem.
Talvez esse menino não seja o caso, mas há muitas crianças até mais novas que estão a serviço do tráfico de drogas.
Olha o sinal sinalzinho que fez na foto! Porque tava na rua em meio a tiroteio? Polícia não mata criança indo pra escola! Os próprios bandidos usam as crianças, ensinam usar armas pra gera esse desacerto quando não para escudo! Acorda gente! Meus pêsames aos familiares de ambas as partes mais o crime só leva a dois lugares. Cadeia ou caixão!

Fonte: Elaboração própria, a partir de G1 (07 ago. 2023).

Nos comentários, a infância não é entendida como um momento a ser protegido por todos. Isso ocorre porque “as formulações de criança e infância não são isentas de poder, pelo contrário, são efeitos dos jogos de poder e de vontade de saber. Um poder que seduz e que acumplicia” (Hammes Schutz; Cervi; Corrêa, 2016, p. 237).

Com base em Foucault (2005), entendemos que o poder se manifesta nas relações e comportamentos dos sujeitos, não só reprimindo, mas também constituindo-os. Dessa maneira, a mesma biopolítica que mata (via racismo de Estado) também busca preservar a vitalidade da população. A infância, nesse cenário, adquire caráter urgente, pois a criança é vista simultaneamente como promessa de um adulto produtivo e como um possível risco a ser controlado.

Vista como “o futuro”, a criança passa a ser alvo de supervisão constante por parte de pais, educadores e agentes de saúde pública. Assim, a infância é tratada como algo inerentemente arriscado, exigindo contínuo monitoramento. Nessa perspectiva, Foucault (2000, p. 304) afirma:

ao problema “das crianças” (quer dizer de seu número no nascimento e da relação natalidade – mortalidade) se acrescenta o da “infância” (isto é, da sobrevivência até a idade adulta, das condições físicas e econômicas desta sobrevivência, dos investimentos necessários e suficientes para que o período de desenvolvimento se torne útil, em suma, da organização desta “fase” que é entendida como específica e finalizada). Não se trata, apenas, de produzir um melhor número de crianças, mas de gerir convenientemente esta época da vida.

No Brasil, este processo é complexificado pelas instituições jurídico-legais que, como contextualiza Renato Nogueira (2020, s/p.), demarcam a infância negra pela brutalidade da supremacia branca:

no Brasil do século 16 até o primeiro quarto do século 20, a infância negra foi um terreno de exercício da perversidade branca. Todos os corpos negros eram coisificados; mas, as crianças eram indefesas numa medida psicológica e física ainda mais profunda. Um caso emblemático: em 1926, 38 anos após a abolição ser proclamada, Bernadino, um menino negro de 12 anos, foi preso e violentado numa cela de homens adultos. Nessa ocasião, o staff jurídico nacional preparou regulamentos para “atender” menores. Em 1927, nasceu o Código de Menores (Decreto Nº 17.943-A de 12 de Outubro de 1927), conhecido como Código Melo Mattos. Na prática transformava as crianças negras em objeto de punição penal. Vale destacar um fator simbólico e curioso: o Código Melo Mattos foi promulgado no dia 12 de outubro, no terceiro ano em que o Brasil comemorava oficialmente o Dia das Crianças. Justamente nesse dia, as crianças negras perderam legalmente o direito à infância: elas foram transformadas em menores.

O caso de Bernardino e a criação do Código de Menores de 1927 evidenciam o ciclo de violência e criminalização da infância negra e pobre no Brasil. Em vez de garantir proteção, o Código institucionalizou a lógica de tutela e punição, reafirmando a vigilância e/ou exclusão. Em 1990, apesar da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que, em tese, estabelece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, essa mudança formal não se traduziu, em uma transformação estrutural para crianças negras.

É a partir desse contexto histórico que, embora a vida de Thiago devesse ser protegida e priorizada pela legislação vigente, mais de 500 anos de história de escravização e subjugação o distanciaram do direito legal à infância e o colocaram sob suspeição. Renato Nogueira, ao interpretar essa realidade sob a ótica da Necropolítica de Mbembe (2020), conceitua essa condição da infância negra como “Necroinfância”, destacando o impacto da violência sistemática que nega a proteção e o reconhecimento pleno das vidas negras na infância.

A necroinfância é uma variação, ou ainda, um dispositivo da necropolítica que tem como objeto a infância, especificamente as crianças negras. A necroinfância pode ser definida como o conjunto de práticas, técnicas e dispositivos que não permitem que as crianças negras gozem a infância. Ou seja, não permite que as crianças negras vivenciem o que

foi estipulado pela Convenção dos Direitos da Criança (CDC) de 1980, realizada pelo Unicef. (Nogueira, 2020, s./p.).

Não por acaso, ao observar os comentários, na postagem do Instagram (e, parcialmente, listados no quadro 1), é visível que para alguns escritores³, Thiago pode não possuir direito pleno à infância, ainda que seja uma criança. Exatamente por isso, os comentários de criminalização acionam a constituição de Thiago não como criança, mas como menor ou moleque.

Quadro 2: Comentários sobre o assassinato de Thiago Menezes na publicação do Instagram do G1

não sei que inocente e esse menor que andava de moto na madrugada dentro da cdd
Aqui não é publicado “traficante mata menor” apenas “jovem é morto em operação policial”
Eu só acredito vendo a prova, não é falando mal, mas essas favelas os muleques de 12 anos estão tudo no tráfico portando arma de grosso calibre
Esse é o menor de 13 anos que estava de role de moto pela comunidade na madrugada?
Respeito a dor da família mas vamos compartilhar pai e mãe de famílias que sabem dar uma boa criação pros seus filhos jamais permitiria que o filho de menor sendo uma criança ficasse na rua até esse horário ,muitas das vezes os próprios pais são culpados pelo o que acontece com os seus filhos ,porque 3 horas da madrugada é pra criança tá em casa e não na rua

Fonte: Elaboração própria, a partir de G1 (07 ago. 2023).

Essas nomenclaturas, “menor” e “moleque”, conotam não apenas a menoridade, mas a construção de uma representação estigmatizante e estereotipada da situação social do “jovem menor de 18 anos pobre e negro, por isso, potencialmente perigoso, abandonado e perverso, e que como tal precisava da intervenção do Estado” (Souza, 2012, p. 18). Esse imaginário, uma vez consolidado, torna a juventude negra inimiga da sociedade civilizada e, por conseguinte, passível de ser neutralizada. Destaca-se que, não por acaso, apenas (01) um comentário com o termo “menor” mobiliza o luto e todos os comentários com termo “moleque” naturalizam a ação policial e/ou criminalizam Thiago Menezes.

A pesquisadora Lélia Gonzalez (2020), ao analisar as particularidades históricas e culturais da formação do Brasil e de outros países das Américas, ressalta como as expressões culturais negras atravessam fronteiras e apresentam semelhanças significativas. Observando as influências linguísticas na região caribenha – que abrange a América Insular, a costa atlântica da América Central e o norte da América do Sul – ela destaca como a presença negra transformou profundamente idiomas como o espanhol, o inglês, o francês e o português. No contexto brasileiro, essa influência resultou no pretuguês. Dentre as palavras do pretuguês, o termo “moleque” tem origem no quimbundo mu’leke, que significa filho pequeno ou menino, já no contexto racista da sociedade brasileira, o termo é empregado de maneira pejorativa para indicar meninos desobedientes e bagunceiros.

³ Usamos o termo escritor com base em Paveau (2021), de acordo com sua discussão sobre o processo de construção de sentido presente nos comentários on-line. O *escritor* não apenas elabora, mas também recontextualiza discussões, ampliando o enunciado original e influenciando sua interpretação. Nesse sentido, os comentários on-line não são apenas respostas, mas parte de um processo discursivo contínuo, em que texto e interação formam um todo ampliado e dinâmico.

Na mesma linha, para Renato Nogueira (2020), ver uma criança como menor significa coisificá-lo: é defini-lo – enquanto criança negra – como objeto de punição penal. Segundo Guimarães-Silva (2024, s./p.):

Esse termo referia-se ao menor de 18 anos abandonado materialmente, vítima de maus-tratos, em perigo moral, desassistido juridicamente, com desvio de conduta ou autor de infração penal. Nesse contexto, o termo “menor” passou a representar os jovens menores de 18 anos que caíam no sistema, predominantemente crianças e adolescentes negros e pobres. Essa representação estigmatizou a situação social dessas crianças, perpetuando a visão de que elas eram perigosas, descartáveis e que necessitavam da intervenção do Estado. Um processo de desumanização e marginalização simbólico e prático.

Nos comentários em que predominam os termos “menor” e “moleque”, os discursos exploram a desinformação e a deseducação para sustentar a criminalização de crianças na favela, por exemplo: “O foda é que no Morro também tem uns moleques de 13 anos com fuzil, fazendo um trabalho pesado! Isso é complicado! E alguns, além de carregar o fuzil, também jogam bola. Mas é lamentável a situação. Força para a família”. Em um discurso ainda mais grave, surgem comentários que celebram a morte de Thiago: “Pronto, ele era um santo esse moleque. Me poupe, um a menos”.

Como “moleque” e/ou “menor”, Thiago não era uma criança, portanto, não tinha como prerrogativa a proteção inegociável, como afirma as normativas brasileiras (e internacionais). Como “moleque” e/ou “menor”, ele era um inimigo do corpo social a ser eliminado. Trata-se aqui da urgência dada pela necropolítica ao corpo negro: o inimigo precisa ser eliminado. Como “moleque” e/ou “menor” Thiago está sob a lógica infanti, que demanda tutela, não sobre a lógica ubuntwana, que emana a coletividade afetuosa.

À guisa de conclusão: “Eu vou cobrar justiça por ele e por outras crianças”

Neste contexto de necroinfância, a luta pela vida de Thiago Menezes se conecta diretamente à defesa de sua infância pelas relações que ele construiu em vida. Como relata Priscila Menezes, mãe do menino, em entrevista ao programa “Encontro” (Menezes, 15 ago. 2023):

Meu filho era uma criança querida por todos, da comunidade. Todo mundo está se sensibilizando. Quem conhece eu, a família, sabe que ele era um garoto de bem, que ele estudava. [...] Onde ele chegava, ele abraçava, ele beijava, cumprimentando, entendeu? Porque ele sempre foi educado. Quando chegava na minha mãe, estava as tias, todo mundo, ele fazia questão de falar com todo mundo, dar beijo no rosto, dar abraço.

A partir dessas interações e da mobilização coletiva na comunidade, a memória de Thiago é resgatada e a luta pela justiça se fortalece. Segundo Priscila, “A gente vai continuar, a gente não vai parar, porque a justiça tem que ser feita”. A escolha do plural ressalta o nós implícito: a resistência não se limita à dor individual, mas amplia-se em solidariedade a outras crianças e famílias.

Tal dinâmica ecoa as estratégias de proteção e sociabilidade dos quilombos, identificadas por Moura (1988) como símbolos de resistência coletiva negra. Em convergência com esse panorama,

Abdias Nascimento (1980) apresenta o quilombismo como uma prática que combina proteção física, preservação cultural e economia própria, defendendo uma “organização e mobilização coletiva” (Nascimento, 1980, p. 263) diante do genocídio negro e da violência policial.

Na entrevista, Priscila reforça ainda a crítica aos estigmas que criminalizam pessoas negras e periféricas, evocando a necessidade de revisar o treinamento policial e o olhar sobre as comunidades. Esse esforço de reumanização – em defesa da memória de Thiago e do direito à infância – materializa o que Pereira et al. (2023) chamam de “aquilombamento”: um espaço de conexões de afeto que envolve tanto a família quanto a comunidade.

A fala de Priscila também revela como a infância, entendida segundo a perspectiva de ubuntwana (Noguera; Barreto, 2018), que, como dito anteriormente, difere do conceito ocidental de “infanti” (ausência de fala). Em ubuntwana, a criança é parte de uma coletividade, vivenciando a humanidade de forma interdependente e afetiva, conforme propõe o princípio de ubuntu (Ramose, 2010; Noguera, 2012). Essa dimensão comunitária emerge de maneira contundente nos comentários sobre a morte de Thiago, pois, mesmo em meio à violência e ao racismo, surge a reivindicação coletiva por luto, justiça e memória:

Matar pobre e preto
Vale o mercado da carne
A cor da pele do gueto
Esfolada pelo Estado covarde
Pagamos pelo mal deste tempo
O preço é o sangue nosso pelo chão
Sonhos roubados nos causam sofrimento
Para os opressores é motivo de celebração
Até quando vamos ter que morrer?
Desde a infância à tenra idade?
Quando não nos atiram dão porrada a valer
E assim não nos matando à vontade
Cada caminho não sabe se é uma despedida
A saída de casa tornou-se preocupação
Ou seremos encontrados por uma bala perdida
Ou fuzilados deliberadamente por um pelotão
E não se tem notícias de mudança
Nesse país que tanto nos consomem diariamente
E vemos em cada noticiário a matança
Assistida com louvor pela “boa” gente.

Desse modo, se a necroinfância (Noguera, 2020) impõe a negação do direito à infância para crianças negras, o paradigma de ubuntwana aponta para a afirmação de sua existência. No espaço digital, a resistência de familiares e de outros usuários configura um ciberquilombismo (Franco, 2023), no qual a coletividade reconstrói a narrativa sobre Thiago e outras vítimas do racismo. Reafirmamos, portanto, o quilombismo (Nascimento, 1980) como fundamento estratégico da resistência negra, pois é na ação coletiva e na codificação das próprias vivências que se ressignificam a infância e a humanidade de crianças como Thiago Menezes.

Fontes

- G1. Violência no Rio. *Instagram*, 07 ago. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3M2ilO7>. Acesso em: 03 fev. 2026.
- GSHOW. Mãe de menino morto em ação policial chora ao falar do filho: “Atiraram pra matar”. *Gshow*, 15 ago. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3ZMS4q2>. Acesso em: 03 fev. 2026.
- MENEZES, Priscila. Entrevista concedida a Patricia Poeta. Mãe de menino morto em ação policial chora ao falar do filho: “Atiraram pra matar”. *Gshow*, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4ahLgpt>. Acesso em: 03 fev. 2026.
- O GLOBO. “Precisamos de vocês, autoridades”, desabafa responsável por projeto onde treinava adolescente morto na Cidade de Deus. *O Globo*, 07 ago. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3NXUbos>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Referências

- BRAGA, José Luiz. *Uma conversa sobre dispositivos*. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2020.
- BRANDÃO, Talita Vasconcelos. “E eu não sou humano?": Necroinfância e disputas de sentido sobre a constituição de humanidade no caso Thiago Menezes. 180f. Mestrado em Comunicação Social pela Universidade Federal De Minas Gerais. Belo Horizonte, 2025.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 340f. Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.
- FRANÇA, Vera. Convivência urbana, lugar de fala e construção do sujeito. *Intexto*, v. 2, n. 7, p. 1-10, jul./dez. 2001.
- FRANCO, Nelza Jaqueline Siqueira. Ciberquilombismo: o quilombismo de Abdias Nascimento e sua atualização na cibercultura. In: BARROS, Thiane Neves; SILVA, Tarcízio (Orgs.). *Griots e tecnologias digitais*. São Paulo: Editora LiteraRua, 2023, p. 47-65.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo Afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GUIMARÃES-SILVA, Pâmela. Da marginalização à proteção: 34 Anos do ECA e a (contínua) luta pela infância negra. *Portal SER-DH*, 2024. Disponível em: <https://bit.ly/4rz65DS>. Acesso em: 03 fev. 2026.
- HAMMES SCHÜTZ, Monique Cristina Francener; CERVI, Giclele Maria; CORRÊA, Mirele. Biopolítica: um diálogo com a(s) infância(s). *Revista Teias*, v. 17, n. 46, p. 225-239, 2016.
- MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. São Paulo: N-1 Edições, 2020.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Revista Arte & Ensaios*, n. 32, p. 123-151, 2016.
- MILLS, Wade Charles. *O contrato racial*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- NOGUEIRA, Isildinha Baptista. *Significações do corpo negro*. 174f. Doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.
- NOGUERA, Renato. Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectiva. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 3, n. 6, p. 147-150, 2012.
- NOGUERA, Renato. Necroinfância: por que as crianças negras são assassinadas? *Portal Lunetas*, 09 dez. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/4bAbbem>. Acesso em: 03 fev. 2026.
- NOGUERA, Renato; BARRETO, Marcos. Infanciação, ubuntu e teko porã: elementos gerais para educação e ética afroperspectivistas. *Childhood & Philosophy*, v. 14, n. 31, p. 625-644, set./dez. 2018.
- PAVEAU, Marie-Anne. *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. Campinas: Pontes Editores, 2021.

PEREIRA, Elga *et al.* Aquilombamento: conexões de afeto e ancestralidade. *Geledés*, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4atEeit>. Acesso em: 03 fev. 2026.

RAMOSE, Mogobe. A importância vital do “Nós”. *Revista Instituto Humanitas Unisinos*, v. 10, n. 353, p. 8-9, 2010.

SCARAFFIOTTI, Zamantuli. *Parlos Xhosa: Afrique du Sud*. Paris: L' Harmattan, 2011.

SILVA, Pâmela Guimarães da. *De Lélia Gonzalez a Marielle Franco: mulheres negras e seus processos comunicacionais interseccionais de resistência*. 249f. Doutorado em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SOUZA, Tainara de Jesus. *O ECA na perspectiva do adolescente autor de ato infracional da cidade de Santo Antônio de Jesus: a compreensão dos jovens acerca dos seus direitos*. 119f. Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, 2012.

WILDERSON III, Frank. *Afropessimismo*. São Paulo: Editora Todavia, 2021.